

EUA desistem de cotas para negros

Vicente Nunes
Correspondente

Nova York — O número está na ponta da língua: dos estudantes que concluirão o ensino superior no Brasil neste ano, apenas 2% são negros. A contagem foi feita pelo Ministério da Educação durante o Exame Nacional de Cursos, o provão, realizado com 190 mil alunos de todo o país no ano passado.

Para minimizar esse quadro, o governo brasileiro sugere uma reserva de vagas para negros no sistema universitário. A proposta será apresentada na 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, que começa amanhã em Durban, na África do Sul. Mas há muita polêmica. Os contrários à tese apresentam os Estados Unidos como modelo de que esse tipo de ação afirmativa não é o caminho mais rápido para que os negros tenham acesso à universidade.

Após 20 anos de experiência, os EUA estão abandonando o programa universitário de cotas. A Suprema Corte norte-americana está para julgar a qualquer momento essa política afirmativa e pode inclusive torná-la inconstitucional.

O mais importante tribunal dos EUA teve de entrar na pendega depois que várias cortes federais de apelação proibiram a Universidade da Geórgia de conceder pontuações extras a estudantes não-brancos no seu processo de seleção. Os juízes alegaram que a instituição fracassou ao tentar provar que um número maior de alunos negros, amarelos e mestiços é um importante instrumento para garantir a diversidade entre os estudantes.

A sentença contra a Universidade da Geórgia ecoou por todo o território norte-americano por causa do histórico do estado, al-

MANIFESTAÇÃO

Themba Hadebe / AP



I Judeus ultra-ortodoxos protestam nas ruas de Durban contra o sionismo e o Estado de Israel. O movimento sionista, que levou os judeus de volta à Terra Santa no final do século XIX, é considerado pelos ortodoxos um

sacrilégio. Para eles, Israel só pode voltar a existir quando o Messias vier. Ontem, mais de sete mil delegados de ONGs de direitos humanos se reuniram pela segunda vez, no evento que precede a conferência sobre racismo em Durban.

tamente conservador. Até os anos 60, quando explodiram os movimentos da população negra para garantir os mesmos direitos dados aos brancos, a segregação racial era assustadora.

Negros e brancos não podiam dividir sequer a mesma sala de aula. O mesmo acontecia no Mississippi, na Lousiana, no Texas e em Michigan, estados cujas universidades, desde 1996, vêm perdendo sistematicamente na Justiça o direito de reservar espaços extras aos alunos não-brancos.

Para o professor de Ciências Políticas da Universidade de Colúmbia, Anthony Marx, a interpretação da Justiça é de que a diversidade racial, sozinha, não é, necessariamente, uma garantia de diversidade para o corpo de alunos de uma universidade. "Eu endosso essa posição", diz Marx, autor de vários livros sobre racismo e discriminação. "A raça de uma pessoa não é o único e o melhor critério para determinar a contribuição que um estudante pode dar. A cor de uma pessoa

não garante o melhor debate de idéias", argumenta.

Essa também é a opinião do professor Tony Spanakos, do Manhattanville College, e cuja tese de doutorado pela Universidade de Massachusetts foi sobre cidadania, raça e democracia no Brasil e na República Dominicana. "Sistemas diferenciados para ingresso nas universidades não são o melhor instrumento para facilitar o acesso de estudantes de crenças instituições. Os governos — e isso vale para o Brasil — devem, sim, aumentar os investimentos no ensino básico", defende Spanakos. Segundo o professor, as recentes decisões da Justiça contra as universidades que priorizavam os não-brancos refletem a posição do Partido Republicano, que sempre dominou a Justiça norte-americana.

Para o professor John Hammond, do Hunter College, apenas o histórico racial dos EUA já é suficientemente forte para justificar o sistema de cotas. "Os negros e, agora, os latinos, não têm as mesmas oportunidades que os brancos nas universidades e no mercado de trabalho", afirma. Hammond acredita que a Suprema Corte vai ratificar a decisão dos tribunais de apelação.